

## A saga dos pitangueiros em terras da Companhia: retalhos e fragmentos da memória (Pernambuco, 1986)

Samuel Carvalheira de Maupeou\*

“Eu passei para o outro lado do corredor...” trajetórias

**Este artigo é resultado de um aprofundamento das pesquisas** que venho desenvolvendo para a elaboração do meu Projeto de Pós-Doutorado desde o início de 2019. Pesquisas estas que remontam ao segundo semestre de 2013, como desdobramento da minha tese de doutorado, defendida em setembro de 2012. Nesta última, analisei a atuação no campo da Pastoral Rural (PR)<sup>1</sup> e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>2</sup> em Pernambuco, particularmente sua relação com parte da Igreja Católica e seu envolvimento nos conflitos ocorridos na região norte da Zona Canaveira nos anos 1980 e 1990 (Maupeou, 2012). Os relatos de um dos meus entrevistados, há mais de 10 anos atrás, exprimiam bem a temática central então desenvolvida:

---

\* Professor adjunto do curso de História da Universidade Estadual do Ceará (UECE), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades (PPGHC) da UECE e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: samuelcdemaueou@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> A Pastoral Rural foi criada no início dos anos 1970, vinculada ao Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e se dedicava ao acompanhamento da atuação da Igreja no meio rural. Foi definitivamente extinta no início dos anos 1990.

<sup>2</sup> A Comissão Pastoral da Terra foi criada na cidade de Goiânia (GO) em 1975, está ligada à CNBB e constitui um serviço de apoio aos trabalhadores(as) do campo. Em Pernambuco, a CPT foi criada em 1988, em resposta à demissão dos coordenadores da Pastoral Rural por Dom José Cardoso Sobrinho, então arcebispo de Olinda e Recife (1985-2009) e sucessor de Dom Helder Camara (1964-1985). Reúne os quatro estados do Regional Nordeste II da CNBB e assume, mais comumente, a denominação de CPT NE 2.

Quando eu cheguei aqui, nos corredores do Giriquiti,<sup>3</sup> eu disse: 'Eu quero trabalhar no campo.' De um lado, tinha a Pastoral Rural e, bem em frente [gestos], tinha a ACR, do Padre Servat. Meus colegas me disseram: 'Procure a ACR.' Eles ainda não conheciam a Pastoral Rural. Então, eu comecei pela ACR, Animação dos Cristãos no Meio Rural. Eu participei de encontros, caminhadas etc. Mas depois eu comecei a frequentar a sala da Pastoral Rural, do outro lado do corredor [gestos], e a acompanhar as discussões que eles faziam. A ACR era muito católica, muito coordenada pelo Padre Servat, clerical [...] Um dia, eu deixei a ACR e eu passei para o outro lado do corredor, na Pastoral Rural. A ACR ficou um pouco chateada. Eu disse: 'Eu acho que essa é a linha a seguir: não só rezar com o povo e ler a Bíblia com o povo, mas compreender a realidade. Se essa é a realidade, qual é a prática?' Se essa é a realidade, qual é a prática? Porque não tem remédio já pronto para as realidades. É preciso descobrir primeiro qual é a realidade para descobrir qual é a prática [...] Bom, então, eu comecei a participar da Pastoral Rural em 1986. (James Thorlby, 2010).

Essa narrativa era muito rica em significados, remetendo a uma espacialidade e temporalidade próprias, além de já apontar, neste momento da pesquisa, a diversidade de perspectivas que se abriam pelo viés da História Oral e das possibilidades de análise que suscitava. Num estilo conotativo bem expressivo, por vezes irônico, repleto de profundas alusões e figuras de linguagem, pronunciadas com muita ênfase e articuladas a um gestual preciso, expressões e olhar fortes e particularmente marcantes, o Padre Tiago contou que chegou ao Recife (PE) em 1985, após longa trajetória pastoral de quase 20 anos em São Paulo (SP) e região amazônica. Em português fluente e irretocável, o sotaque transparecia e revelava a origem escocesa, entrelaçada com longa vivência irlandesa, responsável pela formação religiosa e opção missionária. Logo se aproximou da ACR, após breve contato estabelecido com seu principal articulador, o Padre Servat, francês, falecido em 2014, que veio ao Recife em 1964, a convite do recém-nomeado arcebispo Dom Helder Camara, para se tornar no ano seguinte assistente eclesialístico da Ação Católica Rural, que depois passou a se chamar Animação dos Cristãos no Meio Rural:<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Prédio no centro do Recife onde estava situada a sede do Regional Nordeste 2 da CNBB até o ano de 1995.

<sup>4</sup> A Animação dos Cristãos no Meio Rural foi criada, a pedido de Dom Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife (1964-1985), pelo padre francês Joseph Servat. Tinha por objetivo prestar uma assistência aos trabalhadores(as) rurais, solidarizando-se com suas lutas e fortalecendo a sua evangelização. A ACR praticamente foi extinta no início dos anos 1990.

Agora, pensando melhor... lembro bem dele... Faz tempo que não vejo! Ele me procurou porque tinha acabado de chegar, eu ainda estava na ACR nesse momento, depois eu saí... Ele não conhecia ninguém e queria trabalhar no campo. Eu ajudei. Eu não sabia bem o que ele queria, mas estava muito interessado e a gente sempre recebia quem queria ajudar. Então, começou a participar e colaborar. Participou de alguns encontros e reuniões, mas ficou pouco tempo. Não ficou muito ligado. Depois não vi mais. Soube que estava na Pastoral Rural. Ele não me disse nada, mas a gente fazia o mesmo trabalho. Era o mesmo trabalho e eu participei de tudo isso... Eu ajudei. (Joseph Servat, 2010).

É interessante notar como ambas as trajetórias se cruzavam, como as memórias do Padre Servat, já com 88 anos de idade, remetiam à mesma temporalidade e espacialidade. A entrevista também foi realizada em 2010 e se estendeu ao longo de 3 dias, com duração total de mais de 5h, no escritório de sua casa em Toulouse (cidade francesa), rodeado de livros sobre o Nordeste (fazia questão de mostrá-los!), já alguns anos após seu retorno à França (2002). Em tom igualmente enfático e com muitos gestos, de olhar e expressões bem mais saudosos e até um pouco melancólicos, voz trêmula e o português já um pouco hesitante, relatava tais encontros proporcionados pelo trabalho pastoral no campo. Talvez movido pela emoção ou pela saudade, já afastado, não ressaltava as rupturas, apenas a união em torno do mesmo propósito. Enfatizava também a brevidade de tais encontros, aparentemente tão curtos e fortuitos quanto a passagem “para o outro lado do corredor”, porém ainda presentes nas lembranças, de forma marcante, quase indelével, mais de 22 anos depois.

Em entrevista igualmente longa, quase 3h de duração, na sala de reuniões da CPT, no terraço de sua sede regional, no centro do Recife, o Padre Tiago, por sua vez, remetia-se ao corredor do primeiro andar do Prédio do Giriquiti, onde estavam situadas as pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre elas aquelas do campo.<sup>5</sup> Tal analogia dizia muito do momento de transição então vivido por elas, que, sem abandonar completamente o clássico método de conscientização proveniente da Ação Católica Especializada (*ver, julgar e agir*), enfatizavam o conhecimento da realidade em que se inseriam e a necessidade premente de uma prática adequada. Surpreendia a materialidade, a arquitetura de tais lembranças: mesmo andar e corredor (aquele das organizações do campo); salas distintas, não justapostas, mas colocadas frente a frente, indicando

---

<sup>5</sup> Tal relato assume uma dimensão ainda maior na medida em que grande parte deste prédio não existe mais, pois deu lugar a um shopping center.

outras metodologias. Distantes poucos metros, era possível estar numa, mas já vislumbrar a outra, contemporizando. Nas suas próprias palavras, caminhava-se rumo a uma teologia da prática, da ação (Rainheri, 2018): “Analisando bem, nesse período, acho que nós já éramos um pouco uma pastoral... uma pastoral da terra” (James Thorlby, 2010).

Delineava-se, assim, uma trajetória que levaria, em agosto de 1988, à criação da CPT, herdeira da PR, mas já presente nela. A PR foi desarticulada frente à ofensiva do sucessor de Dom Helder Camara, Dom José Cardoso Sobrinho, de perfil ultraconservador, e deu lugar, em Pernambuco, à CPT: “A CPT NE 2 procura, então, observar a realidade e viver a fé a partir dessa realidade” (James Thorlby, 2010).

Portanto, a metáfora da passagem para a sala do “outro lado do corredor” significava muito mais do que um simples deslocamento percorrido por alguns poucos passos. Expressava também um “olhar para o outro lado”, um redirecionamento da visão, outras percepções, outras perspectivas. Representava não só a ruptura com a ACR do Padre Servat, o fortalecimento da PR e, mais adiante, em 1988, a ruptura definitiva desta com o novo arcebispo, por divergências políticas, e a fundação da CPT na região. Constituía, sobretudo, a construção de práticas diferentes. Práticas estas que levariam mais tarde a CPT, já nos anos 1990, a se envolver diretamente nos conflitos de terra, preparando e organizando, inclusive, ocupações e acompanhando assentamentos de trabalhadores rurais.<sup>6</sup> O primeiro desses conflitos ocorreu, ainda como Pastoral Rural, justamente no Engenho Pitanga,<sup>7</sup> cuja ocupação se iniciou em fevereiro de 1986 e conheceu diversos episódios até meados de 1993. Por uma opção metodológica, neste artigo, vou me concentrar apenas no ano de 1986 e aprofundar tão somente as memórias dos sujeitos que apoiaram esse movimento de ocupação.

Assim como a Pastoral Rural, Pitanga também representava “o outro lado do corredor”, pois se configurava num lócus para o esboço de práticas pastorais em construção. Além disto, estava envolta, naquele período, na complexa trama de relativa transição política, de frágil reconstrução democrática, de ruptura

---

<sup>6</sup> Em Pernambuco, ao longo dos anos 1990, a atuação da CPT se deu principalmente no norte da Zona Canavieira do estado de Pernambuco, em municípios como Abreu e Lima, Igarassu, Goiana, Tracunhaém e Aliança.

<sup>7</sup> Situado nos municípios de Abreu e Lima e Igarassu, a cerca de 30 km a noroeste da Região Metropolitana do Recife, o conjunto de engenhos denominado Pitanga pertencia, desde o início do século XX, à Companhia de Tecidos Paulista. Esta era controlada pela família de origem sueca Lungren, proprietária da rede varejista Casas Pernambucanas, que possuía diversas lojas pelo país. Ocorreram duas grandes ocupações nessas terras, em 1986 e 1987, e todo o processo de desapropriação, legalização e criação dos assentamentos (Pitanga I e II) se estendeu até meados de 1993.

radical com a política fundiária herdeira da Ditadura, de discontinuidades na esfera do sindicalismo rural, de ocupações, no campo como na cidade (Montenegro, 2019). E ainda apontava múltiplas veredas a serem percorridas pela minha pesquisa, cujos novos direcionamentos a partir de 2013 coincidiam, como se vê, com uma crescente tomada de consciência da importância das reflexões teórico-metodológicas da História Oral e da memória, asseverada pela participação nos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) – 2014, 2016, 2018 – e a leitura de artigos da sua Revista e de outras referências. Elas permitiam pensar dissensões e clivagens para além da narrativa linear e seus aspectos sociais e políticos, enxergando nelas também toda uma dimensão subjetiva, permeada por signos e significados. Uma história, portanto, feita por sujeitos, vivências, percepções e emoções. Existiria outra possível, apartada dessa produção de sentidos?

Passei, então, a considerar Pitanga um tema relevante para dialogar com a oralidade e a construção e reconstrução de memórias, visto que, ao longo do tempo, deparei-me com diversos relatos a seu respeito, imersos em aparente rejeição ou saudosismo, nunca desconhecimento, pouco caso ou indiferença. Com a simples menção (ou nem mesmo isso!) ao tema, sem nenhuma explicação prévia, todos(as) os narradores(as) sentiam-se imediatamente instados a dizer algo, a relatarem situações e a se inserirem nelas. Uma palavra carregada de significados, conectada a um contexto específico e convergente com a espacialidade e a temporalidade (Koselleck, 1992, p. 140-141) representadas pelos Padres Tiago e Servat, porém também uma palavra geradora de visível desconforto inicial, manifestado em gestos, expressões, olhares e, sobretudo, na voz momentaneamente hesitante. Desconforto igualmente expresso no silêncio, tão logo interrompido pela busca por lembranças mais profundas, conduzindo, em seguida, os sujeitos ao ato de narrar.

Percebo que esta luta e as repercussões em seu entorno ainda permeavam a memória social da região, no campo como na cidade, senão de todos, ao menos daqueles(as) que orbitavam na esfera das manifestações populares e da mobilização política nos estertores da Ditadura (Montenegro, 2019). Procurarei, portanto, perscrutar as entranhas deste conflito, buscando tecer seus fios e fragmentos dispersos, embora marcadamente presentes nas lembranças de seus narradores(as). Aliado a isso, relacionarei a discussão à preocupação arquivística e de preservação da memória expressa por parte de alguns dos meus interlocutores(as). Porque guardariam vestígios documentais desse acontecimento em particular, em meio a tantos outros que o sucederam? Podiam até, à primeira vista, rejeitá-lo, manter com ele uma relação complexa ou pôr à prova a persistência do pesquisador/entrevistador na busca insaciável

por seu objeto, mas não se privam, hoje ainda, de preservá-lo. Não estariam, então, tentando conservar um passado que teve sua relevância para a história política e para a questão agrária local?

Até certo ponto, Pitanga estava envolta numa memória sensível (Bresciani; Naxara, 2004). Fora erigida à época como marco da mobilização no campo, no contexto de fim da Ditadura e de reabertura política e redemocratização parciais (Porfírio, 2016). Congregava em torno de si forças que retornavam à legalidade e que tentavam se afirmar no cenário político, bem como sindicatos rurais, sua então Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), a Central Única dos Trabalhadores local (CUT-PE) e organizações ligadas à Igreja Católica, todas elas empenhadas na oposição sindical, nas campanhas salariais e eleitorais e nas organizações populares e de bairro. De uma ocupação afastada, de difícil acesso e rodeada de matas, passava à condição de importante lugar de manifestação, projetando-se na cena pública local. Alcançava ampla visibilidade no centro urbano da capital e frente as suas instituições e aos seus espaços de poder. Portanto, assumia, rapidamente, ares de pioneirismo e era alçado à categoria de marco ou bandeira da luta pela reforma agrária, criando-se em torno dele todo um imaginário de articulação e celebração das forças políticas e populares de esquerda, sobretudo aquelas ligadas ao campo, mas também aquelas estabelecidas na cidade. Esta última se tornava o principal território em disputa, onde se travavam as principais batalhas para a conquista da terra, alcançada em espaço de tempo relativamente curto.

Inegavelmente, certa representação mítica que se criava em torno deste acontecimento se explicava pelo contexto de entusiasmo em que ele se desenrolava e em que seus atores se inseriam. Tratava-se de um importante momento de ascensão das manifestações populares e de atuação ainda forte de parte da Igreja nas pastorais sociais e no dito trabalho de base. Os “pitangueiros”, como ficaram conhecidos seus sujeitos, eram forçosamente alçados à condição de porta-vozes incontestes da reforma agrária e, por associação, depositários da livre manifestação e dos direitos civis. Construía-se em torno deles e de todo o movimento que o apoiava grande expectativa, sentimento de euforia que se traduzia nas faixas empunhadas nas passeatas ou penduradas nas barracas ou fachadas dos espaços e prédios públicos ocupados.

Apesar de todo este encantamento inicial, Pitanga e os sujeitos que escreviam sua história enfrentavam momentos difíceis ao longo de sua trajetória. Os entraves já surgiam nos primeiros momentos e assumiam configurações diferentes com o passar do tempo. O principal deles se dava em torno do intenso questionamento ambiental existente desde o início da ocupação e perpassando todas as etapas seguintes do acampamento e, posteriormente, do assentamento.

Por se tratar de uma área de preservação da Mata Atlântica, tinha, diversas vezes, a legitimidade de sua desapropriação questionada, chegando inclusive à esfera da Justiça Federal. Embora uma das mais problemáticas, a questão ambiental não era a única e diversos outros percalços se faziam presentes. Além das tensões e disputas internas, comuns à organização coletiva, enfermidades provocadas pelas condições precárias, grande mortalidade infantil, relatos de violência, morte e assassinatos também contribuía para uma certa atualização da memória e relativa desconstrução do mito criado em torno de Pitanga. Outras questões mais recentes ressaltavam esse processo de deterioração do imaginário construído no passado: descumprimento do acordo ambiental para preservação da reserva legal e intenso desmatamento, massivo abandono das terras, venda e repasse das parcelas, arrendamento das terras para o plantio de cana de açúcar pelas usinas, sem contar outros problemas sociais, recorrentes em áreas urbanas também.

Todas estas questões eram bastante delicadas e faziam, portanto, do objeto, um tema sensível, imerso em questões subjetivas complexas e intimamente ligadas a sentimentos de certo entusiasmo e nostalgia, mas também de desilusão e rejeição. Não se trata aqui, portanto, de propor uma trajetória triunfal da luta dos pintangueiros, num esforço inútil de tentar resgatar uma representação mítica e vanguardista do conflito. Proponho, ao invés disto, um exercício de análise histórico-metodológica, visando em certa medida enfatizar a relevância do tema, não buscando nele apenas um caso de reforma agrária bem ou mal sucedida, mas um importante acontecimento da história local, cujas repercussões não podem ser mensuradas. Este esforço apoia-se na História Oral e nas complexas discussões ligadas à memória como forma de revisitá-lo e refletir sobre alguns dos significados assumidos por ele. A questão agrária em Pernambuco e a luta pela terra na sua Zona Canavieira não podiam ser pensadas sem a existência de Pitanga, pois, sem dúvida, representava um ponto de inflexão. Este esforço de escrita também se faz, portanto, no sentido de propor um registro historiográfico daquele conflito, trazendo para o debate toda a complexidade em torno dele e suas possíveis reverberações, permeadas pela oralidade e pelas memórias construídas por seus sujeitos.

Em meio aos retalhos e vestígios daquele momento, busco nos sujeitos que o testemunhavam, vivenciavam suas experiências e, de certa forma, tinham suas trajetórias marcadas por elas, fragmentos de memórias. Careciam de detalhes, mas relembavam os acontecimentos e não se mostravam indiferentes a eles. Compunham e recompunham rastros que os remetiam a algum lugar no passado, um lugar que podiam até rechaçar por alguns instantes, mas que sempre lhes trazia à mente alguma lembrança. Lembrança esta submersa em grande complexidade e permeada de esquecimento, frustrações e saudade.

## “Por que Pitanga?”: meandros entre esquecimento, desilusão e saudade

Passados mais de 34 anos do início da ocupação, o esquecimento é uma questão central nas narrativas construídas, talvez a primeira delas ao tratarem do conflito. Neste quesito, o diálogo com Paul Ricoeur (2014) é bastante elucidativo e possibilita um aprofundamento da polissemia do conceito. A princípio, os entrevistados(as) alertavam preventivamente sobre a impossibilidade de apresentarem informações plausíveis e confiáveis: datas e detalhes sobre eventos significativos, descredenciando seus próprios relatos ou se justificando por possíveis erros ou imprecisões. Isto também se manifestava como uma forma de resistência ou cautela inicial diante da necessidade de relembrares acontecimentos passados, intimamente ligados à afetividade e às emoções, entre as quais estavam contidas não só experiências positivas e felizes, mas também tensões, frustrações e sofrimento. Essa rejeição logo se articulava com a tentativa apressada de apresentar referências consideradas mais seguras e confiáveis através da indicação de acervos documentais e de pessoas a serem entrevistadas. Isto revelava ainda uma tentativa de dissuasão ou postergação ante a iminência do início ou prolongamento da entrevista, em alguns casos já iniciada. Uma dimensão que também não pode ser descartada era a dificuldade inicial de confiarem seus relatos pessoais (parte importante de suas vidas) a um pesquisador até então desconhecido e passível, portanto, de receio ou desconfiança.

É relevante pensar como sujeitos diretamente envolvidos recorriam, à primeira vista, a este método mais dissuasivo, redirecionando o pesquisador para fontes e pessoas que julgavam mais confiáveis: *Você deveria procurar..., Pergunte a..., Fale com..., Quem pode melhor lhe informar sobre isso é..., Puxe pela memória de..., Veja com o pessoal do(a)...* O curioso é que, em alguns casos, este procedimento se tornava cíclico: as próprias pessoas que faziam estas afirmações já haviam sido citadas ou indicadas como figuras-chave a serem procuradas e entrevistadas. De certo modo, embora reconhecessem sua própria importância, compartilhavam, em graus diferentes, a concepção identificada por Paul Ricoeur (2014) do esquecimento como ameaça de apagamento irreversível dos rastros memoriais. Neste sentido, seria preciso procurar fontes mais dignas de confiança, intactas, em que estariam mais preservados e menos ameaçados ou comprometidos pelas falhas.

Sendo assim, o desafio inicial, na interlocução, era convencê-los da relevância do tema e da confiabilidade de seus relatos, ameaçados de “apagamento”. De antemão, era preciso responder, ainda que simbólica ou indiretamente, ao seguinte questionamento: *Com tantos casos de reforma agrária que deram certo, por*



*que escolher este?* Uma indagação como esta foi expressa, de pronto, na fala de um dos meus principais interlocutores, com quem só consegui contato no começo deste ano: “Entendi. É verdade, eu fui Superintendente do INCRA em 1986, aí depois eu saí... Isso faz muito tempo. Mas, aí, eu já lhe faço uma pergunta. Por que Pitanga?” (Francisco de Paula Falcão e Castro, 2020). Francisco Castro foi Superintendente do *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* de Pernambuco (INCRA-PE) entre fevereiro e agosto de 1986, isto é, em plena ocupação da área em litígio. Desde o início, foi um dos seus grandes apoiadores e participou de seus diversos momentos. Para minha surpresa, indagou-me enfaticamente sobre aquela escolha diante de tantos outros casos de reforma agrária bem sucedida e ressaltou a distância cronológica do acontecimento e, em decorrência disso, a dificuldade de relembrar.

À primeira vista, revelava as ressalvas e a tensão que permeavam a questão. Não se tratava, portanto, de um tema qualquer e talvez fosse o caso de revê-lo ou, então, de assumir o risco de manter a decisão e enfrentar as dificuldades para chegar a ele. Era um caso que conhecia grande efervescência e repercussão no passado, mas que hoje já estava esquecido, ponderou. Via-me diante de um questionamento recente, mas que traduzia em palavras um desconforto que, de certo modo, sempre permeava (permeará?) a pesquisa e as entrevistas e sucessivamente justificado por duas alegações principais: os problemas enfrentados posteriormente e a dificuldade de relembrar. Ou seja, em primeiro lugar, uma memória sensível, difícil de narrar sem hesitação ou reserva, uma rememoração que ia além do relato dos principais acontecimentos, que continha grande carga de subjetividade. Em segundo lugar, uma concepção negativa e intransponível do esquecimento, visto como ameaça à memória.

Entretanto, transposta essa barreira inicial, o aparente esquecimento foi dando lugar a importantes rastros do passado. Pitanga não estava apagada da memória, muitos indícios levavam a ela. Constituíam, não lembranças fidedignas e intactas do acontecimento vivido e narrado, como se pensava, mas signos a serem compreendidos e ressignificados. Fragmentos, aparentemente soltos e desconexos, que remetiam a momentos relevantes da luta dos pitangueiros:

Faz muito tempo desse conflito. Peraí... Quase 40 anos! Trinta e tantos anos... Foi nos anos 1980... em 1986, eu ainda estava no INCRA. Não me lembro de quase nada, a memória já tá falhando. Lembro que eu fiz um discurso em cima de uma árvore, num ato que teve lá, mas não sei por quê. Tinha muita gente e eu fiz um discurso em cima de um galho de uma árvore. Vou tentar me lembrar. Parece que foi pouco tempo depois da ocupação. Ainda tava com as barracas lá. Subi numa árvore lá e fiz um discurso para os

trabalhadores... Você devia procurar a CPT, Marluce, Tiago... Padre Manoel atuou muito tempo em Pitanga, ele conhece tudo e tem uma memória melhor do que a minha. Você devia falar com ele e fazer uma entrevista. Ele até hoje acompanha e vai lá, não como antes. Ele é pároco em Abreu e Lima e acompanhou toda essa luta. Agora, ele se decepcionou muito com Pitanga. No começo, Pitanga era uma referência na luta pela reforma agrária e muita gente participou. Hoje eu não acompanho mais. Mudou muito lá. A maioria das pessoas do início saiu. Ficou pouca gente lá. Eu conheço bem o Padre Manoel, de vez em quando falo com ele por telefone. Vou ligar para ele. Tem também Armando, presidente do Sindicato de Abreu e Lima. Padre Manoel conhece bem ele, ele sabe onde ele mora. Ele ainda está lá no Sindicato. Ele também acompanhou de perto essa luta, pelo Sindicato de Abreu e Lima. São duas referências e o pessoal da CPT também, Marluce, Tiago, Júnior também. Eu conheci todo esse pessoal, a gente participava de muitos encontros e reuniões. (Francisco de Paula Falcão e Castro, 2020).

Embora afirmasse, por precaução, o rareamento de suas memórias e remetesse a diversas pessoas supostamente mais confiáveis do que ele, o discurso pronunciado de cima de um galho de uma árvore constituía um momento marcante e até então desconhecido por mim. Ocorreu em fevereiro de 1986, durante o primeiro grande ato em apoio ao acampamento, ato este organizado no local, duas semanas após o início da ocupação, e formado por centenas de pessoas e entidades, como sindicatos rurais, a FETAPE e representações partidárias (PMDB, PCB e PCdoB). Contando com a presença do presidente da FETAPE, José Rodrigues da Silva, a manifestação foi, inclusive, discretamente noticiada pela imprensa, dois dias mais tarde, ressaltando a ampla rede de solidariedade ali constituída: “Concentração, que contou com o apoio do Comitê Pró-Reforma Agrária em Pernambuco, levou até as matas do engenho Regalado vários parlamentares e representantes das 62 entidades que congregavam o Comitê, representação do Inbra e de sindicatos de trabalhadores rurais.” (Ato pró..., 1986, p. A27). A área reivindicada abrangia um conjunto de cerca de quatro engenhos, entre os quais o jornal ressaltava, Regalado, parte onde se montaram as primeiras barracas, na entrada das vastas terras (Severino Hermógenes de Andrade, 2014). A matéria chamava a atenção para a dificuldade de acesso ao local, as condições precárias das famílias, a vinculação de sua condição de sem-terra a processos de expulsão anteriores e a urgência da resolução do conflito.

À medida que se aprofundava, o entrevistado acabava se tornando um dos principais interlocutores recentes da pesquisa e, além das entrevistas, diversos diálogos iam se estabelecendo, inclusive com o envio de relatos por

escrito, acompanhados de cópia de parte dos documentos datilografados e fotografias arquivadas, sem contar os inúmeros contatos de outras pessoas a serem entrevistadas. Tornava-se, desde então, um importante mediador, um ponto de intercessão incontornável a partir do qual se abria todo um leque de outros sujeitos a serem ouvidos.

Aos poucos, ia demonstrando grande preocupação com a preservação das memórias do conflito, haja vista que conservava em seu arquivo pessoal farto material: todas as suas agendas do período, com suas anotações de encontros, reuniões e viagens; documentos das comissões de apoio (aos conflitos e aos assentados) de que havia participado durante e após a sua gestão na Superintendência; o texto do acordo de retirada celebrado com os pitangueiros que haviam ocupado a sede do INCRA entre o final de abril e o início de maio de 1986; todas as atas das reuniões ocorridas durante este acampamento; anotações manuscritas; o texto do discurso por ele pronunciado na Praça da República, em frente ao Palácio do Governo, quando do acampamento de mais de 3 meses (de agosto a novembro de 1986) que precedeu o Decreto Presidencial e o Ato de Imissão de Posse desapropriando o imóvel; fotografias e dezenas de mini fitas K7 gravadas com uma reunião realizada em Pitanga, relatos de visitas ao local, bem como muitas entrevistas para a sua tese de doutorado.

Em meio a todo este acervo, chamavam a atenção o mini gravador parado há quase 30 anos, com o qual havia feito os registros nas fitas mencionadas acima, bem como a máquina de datilografar de marca Olivetti que me apresentou ao se referir ao clareamento da escrita contida nas folhas dos documentos arquivados: “A tinta tá fraca. Foi datilografada numa máquina Olivetti, que conservo em meu museu, no sítio. Trabalhou para muitos eventos populares” (Francisco de Paula Falcão e Castro, 2020a). Memórias, portanto, a princípio apagadas, porém que remetiam a uma temporalidade, uma espacialidade e uma materialidade próprias, ancoradas em suportes físicos e objetos conservados, envoltos em grande afetividade (Nora, 1993). Todos estes suportes materiais, por si só, já respondiam à indagação feita por ele mesmo no início de seus relatos: “Por que Pitanga?” Pergunta à qual se sobreporia outra, hipoteticamente: Por que, então, conservar tanto material sobre o tema?

As fotografias do seu acervo pessoal remetiam ainda a outros acontecimentos marcantes da sua trajetória, já referidos mais acima: o exercício da função de Superintendente Regional (de fevereiro a agosto de 1986); o primeiro ato público realizado em Pitanga, onde pronunciou o discurso de cima de um galho de uma árvore (fevereiro de 1986); o acordo para a retirada do acampamento da sede do INCRA (abril/maio de 1986). As fotos vinham acompanhadas de breves explicações, identificando o local, as datas e as pessoas presentes. O relato

sombreado pelo esquecimento e, a princípio, pouco confiável, cedia lugar a um importante narrador, com grande preocupação arquivística, sempre cioso da precisão dos detalhes e da indicação das ditas pessoas “certas”. Preocupação esta facilitada, coincidentemente, pela tradução que vem empreendendo da sua tese de doutorado realizada na Sorbonne, em Paris (1988-1993), intitulada “*Les relations entre les acteurs sociaux de l’agriculture. Le Plan National de Réforme Agraire au Pernambouc (1985-1988)*”<sup>8</sup> e defendida em novembro de 1993. Abordando as repercussões do Plano Nacional de Reforma Agrária em Pernambuco, o estudo resultou não só da documentação pessoal arquivada, mas de vasto material coletado na Biblioteca do INCRA, ainda como Superintendente, e de muitas entrevistas realizadas com políticos, sindicalistas e integrantes da Pastoral Rural e da CPT.

Pairava, todavia, o desconforto em relação a Pitanga e aos descaminhos que havia assumido. Uma inquietação compartilhada por outros, como o Padre Manoel, tão recomendando por ele e também dividido entre o risco de apagamento das lembranças mais distantes e profundas e as reservas:

O senhor precisa um dia passar por aqui para fazer uma visita aos assentamentos de Pitanga, para entender melhor o que foi Pitanga e o que é hoje. Sei que o senhor está encantado com a história dos pitangueiros, mas não se iluda, pois aqueles pitangueiros daqueles acampamentos não existem mais. A realidade de uns tempos para cá mudou muito, e pra piorar. Sim. Mas vamos dividir a história de Pitanga em dois momentos: antes e depois dos acampamentos. Antes, os pitangueiros foram vistos por todo o Brasil e exterior como uma bandeira na luta pela Reforma Agrária. Hoje ninguém nem fala mais em Pitanga e nem vê nela um bom exemplo na luta pela Reforma Agrária. (Manoel Marques de Miranda, 2020).

Padre Manoel Marques é pároco de Abreu e Lima desde 1984 e acompanhou toda a trajetória dos pitangueiros, inclusive nos anos seguintes a 1986. Atuou diretamente na organização de uma das principais ações do movimento, que era a ocupação da Praça da República. Ele e Francisco Castro afirmavam, nos depoimentos, a simbologia em torno daquela que era então vista como uma “referência” e uma “bandeira” na luta pela reforma agrária, mas também enfatizavam seu desencantamento posterior. Este sentimento de desilusão permeava de modo bem mais marcante as narrativas do Padre Manoel, embora

---

<sup>8</sup> As relações entre os atores sociais da agricultura. O Plano Nacional de Reforma Agrária em Pernambuco (1985-1988). Tradução do autor.

ele também remetesse pontualmente ao risco de esquecimento dos detalhes. Era possível compreender isto pelo fato de que sua vivência se espalhava ao longo de todo processo e o contato perdurava, já que permanecia como pároco em Abreu e Lima.

Destacava-se o artifício utilizado, pois vivenciava um processo de atualização da memória, com base em acontecimentos bem mais recentes. Ao mesmo tempo, empreendia um esforço de sistematização e separação entre dois momentos com distâncias temporais bem distintas. De certo modo, isto lhe permitia relatar com menos desconforto o que aconteceu antes e que parecia mais fácil de narrar. O passado mais distante agia, portanto, como uma espécie de refúgio, permitindo conviver melhor com as lembranças e legitimando a luta travada. A realidade presente se configurava como aterradora e tendia a piorar, sugerindo certo desencantamento e projetando as lembranças nas camadas mais profundas da memória. Neste lugar, encontrava-se uma Pitanga engajada, reconhecida e digna de relato, uma luta marcada pela “história dos pitangueiros”, por seus acampamentos. Neste cenário, construía-se uma memória possível, apaziguada, em que as dificuldades não deixavam de existir, mas que justificavam a mobilização e permitiam ao narrador se reconhecer nela e discorrer a seu respeito. A partir dos fios dispersos desses retalhos, urdia uma narrativa em que conseguia se inserir como um dos seus protagonistas, reencontrando o reconhecimento dos outros e não a reprovação, como via no cenário contemporâneo.

Esta Pitanga dos acampamentos e dos pitangueiros era digna, inclusive, de registro e constituição de um acervo arquivístico privado. Ao longo da entrevista e dos diálogos consecutivos, com alguns esclarecimentos e envio de material por escrito, remetia com ênfase a outros arquivos (ACR, CPT, FETAPE, sindicatos, INCRA) e a alguns membros de suas organizações como fontes dignas de credibilidade. À medida que fazia todas estas indicações de pesquisa, inseria-se na trama e relatava a experiência de constituição de seu próprio arquivo pessoal, com farto material que juntara ao longo de vários anos. Esse acervo reunia, segundo ele, além de inúmeros recortes de jornal, cartas, documentos, cantos, recolhidos e sistematizados. Entretanto, confiava-me que não dispunha de mais nada deste material:

Não. Não. Tenho não, porque tem um camarada aqui que tocou fogo em tudo. Ele me chamava de comunista, num sei o quê... 'Negócio de sem-terra!' É um cara reacionário aqui na paróquia. Ele pegou... Eu fui celebrar uma missa na área rural, quando cheguei, ele tinha tocado fogo em meio mundo de documento. Foi-se embora muito anos! Ele hoje é diácono permanente, aquela coisa toda, ultrarreacionário... Aí, o sujeito se aproveitou da minha

ausência aqui e... 'Mas pra quê tanto lixo aqui? Num sei o quê...' Tudo o que foi recorte de jornal, tudo o que foi documento, carta vai, carta vem... das luta dos sem-terra, né? Dos sem-teto também. Aí, ele foi lá trás, fez uma fogueira e tocou fogo. Quando eu cheguei, aí o menino disse 'Olhe, fulano tocou fogo nos seus documentos aí.' Quer dizer, porque... em documento em cartório da Igreja, não, num é? Ele deixou, não mexeu, não... batizado, casamento... Ele pegou tudo o que foi de sem-terra! Cantos, cartas, recorte de jornais... Isso ele tocou fogo em tudo! Aí, fiquei, assim, de mãos atadas, sem ter... (Manoel Marques de Miranda, 2020)

Esta atitude resultava das diversas lutas sociais em que o padre atuava desde sua chegada na paróquia nos anos 1980, em apoio aos trabalhadores rurais, mas também aos sem-teto. Isto acabava despertando a oposição de algumas pessoas e levando a desfechos como esse. Além do aspecto lamentável de tal incidente, era possível pontuar algumas considerações que transcendiam a eliminação física do acervo. Ao decidir preservá-lo e, sobretudo, mantê-lo, provisionando-o por tanto tempo, Padre Manoel revelava de certa forma a relevância histórica do acontecimento a que remetia. Relevância esta que, em certa medida, ele mesmo punha em questão, sobretudo ao situar suas memórias numa temporalidade recente. Delineava-se, então, simbolicamente, uma barreira temporal a partir da qual já não se aplicaria o interesse pelo tema e, conseqüentemente, este passaria a ser passível de questionamento ou perda de legitimidade.

Como as memórias sobre o passado se constroem inevitavelmente no presente e com forte carga de subjetividade, tornava-se difícil pensá-lo racionalmente e, portanto, isento de todas as ressalvas sobrepostas a ele pelo momento vivido. Sendo assim, tão somente os momentos iniciais de Pitanga lhe pareciam dignos de uma pesquisa histórica. Estes, sim, justificavam a montagem do acervo e seu uso futuro, caso não tivessem tido fim tão trágico. Situavam-se, desta maneira, na esfera do narrável, do que era possível relatar sem violar a perigosa e sinuosa fronteira do inenarrável, a partir da qual as memórias tangenciariam o limiar do desencantamento, da desilusão.

Nesta seara mais segura e menos imprevisível para se lançar ao difícil esforço de rememorar, reencontrava-se uma Pitanga mobilizada, dos acampamentos, dos pitangueiros, do reconhecimento nacional e internacional, da bandeira de luta pela reforma agrária. Um lugar de memória, digna de celebração, que ecoava, reverberava, e cujas marcas soavam como indelévelis: “[...] eu não posso lhe fornecer nada, a não ser contar algumas histórias da minha cabeça, que eu me lembro... e não sai da minha cabeça! Aquilo ficou gravado, né? Pelo menos aqueles fatos. Você entendeu? Isso é importante, né?... essa história?” (Manoel

Marques de Miranda, 2020). À luz de Ricoeur (2014), permanecia, no entanto, a questão: lembramos com a cabeça? Ao que estes testemunhos tão marcantes retrucavam que não. Expressavam, portanto, uma Pitanga que estaria imune ao esquecimento, profundamente protegida dos riscos de apagamento, sobre a qual era possível falar.

Nessa perspectiva, em meio à multiplicidade de sentidos atribuídos, ecoava uma intensa mobilização, para a qual convergiam diversos atores que se articulavam, ainda que assumissem, por vezes, posicionamentos distintos: Igreja, sindicatos, FETAPE, pitangueiros, políticos, órgãos públicos, Governo. Essa mobilização se construía e ocupava espacialidades e temporalidades plurais, movendo-se entre o campo e a cidade, numa circulação bastante dinâmica. Nela, parecia quase não haver fronteira entre as distantes matas de Pitanga – para onde alguns se deslocavam a pé ou a cavalo –, o centro do Recife e até mesmo a capital federal, onde os pitangueiros estiveram em duas oportunidades. Não diferente, o tempo também parecia transcorrer freneticamente e contava-se em dias, momentos, instantes. Muitos narradores recordavam, inclusive, não haver tempo para desempenhar tantas atividades, entre eles o presidente da FETAPE à época, também bastante atuante:

Porque foi o seguinte, era tanta coisa pra gente que a gente tinha que dividir tempo. Se a gente não dividir tempo, a gente não participava de tudo, não. [...] E tinha várias comissões e aí as viagens que a gente ia, pra Brasília quase direto, aí não dava pra gente pegar tudo. Era muita coisa. Só em cima dos litígios que a gente ficava mais, quando tinha os litígios, porque era muita coisa. (José Rodrigues da Silva, 2020).

Esta dimensão acelerada do tempo, compelido pelo pulular de atividades e pela necessidade de racionalizá-lo e sistematizá-lo, expressava-se igualmente na fala dos padres Manoel e Tiago. Para o primeiro: “Acompanhamos tantos conflitos envolvendo sem-terra, sem-teto e outros, que fica até difícil, mesmo puxando pela memória, me lembrar de determinados detalhes sobre todos eles” (Manoel Marques de Miranda, 2020). Já o segundo ponderava: “Tínhamos muito trabalho. Só não fazíamos mais, por que não tínhamos mais pernas” (James Thorlby, 2010). Não obstava que fosse possível encontrar neste turbilhão certo sentimento de nostalgia em meio aos relatos dos entrevistados. Pitanga não despertava apenas lembranças dolorosas (José Rodrigues da Silva, 2020) e ameaçadas pelo esquecimento, mas também configurava-se como um lugar de motivação e saudade:

Eles ocuparam num domingo, eles ocuparam num domingo, num sábado de noite, num domingo eles foram pra o sindicato. Já tinha acontecido...

Não, na segunda-feira, eles foram pra o sindicato e a gente veio na segunda-feira de manhã pra lá pra Pitanga. Chega me dá uma saudade da luta, viu? [risos]. (Pedro Assunção, 2020).

Um dos relatos mais entusiásticos e emocionados com o qual me deparei foi o de Pedro Assunção, presidente à época do Sindicato de Igarassu, município vizinho a Abreu e Lima e ao qual parte das terras também estava vinculada. Neste momento, como Pedro, ultrapassado o limiar que reavivava as emoções e a saudade, os narradores entravam em cena e tornavam-se testemunhas diretas. Não raro, pintavam em detalhes o cenário e se inseriam na trama, emocionando-se com ela. Neste sentido, Paul Ricoeur (2014) se refere à ideia de uma memória feliz ou com a qual se pode conviver, assim como Portelli (1993). De certo modo, nossos relatos têm sempre uma percepção autobiográfica, produzimos memórias com as quais podemos conviver. O apaziguamento com elas faz-se necessário, apesar dos sofrimentos que podem causar.

## “Através da luta de Pitanga, aí entrou a luta urbana...”

São muitas as balizas temporais que poderiam situar a pesquisa, desde a primeira ocupação em fevereiro de 1986 até julho de 1993, quando se encerraram por um acordo as disputas judiciais em torno da questão ambiental, por se tratar de uma área de Mata Atlântica. Por ora, limitei-me ao ano de 1986, bastante movimentado e presente nas memórias dos narradores. Para os pitangueiros, este ano encerrou-se coma desapropriação em novembro de 1986, pondo fim ao acampamento da Praça da República e permitindo a transferência dos trabalhadores para o assentamento (CPT NE 2, 2018). Entre fevereiro e novembro, algumas práticas conferiam a Pitanga dois significados marcantes, configurava-se como um espaço de mobilização política no contexto de relativa redemocratização e também como de luta fundamentalmente travada em espaço urbano.

Isto porque, com a realização de três manifestações (passeatas e atos públicos) – pelas ruas do centro, na Sede do INCRA-PE e em frente ao Palácio do Governo (entre março e agosto de 1986) –; com os acampamentos na sede do INCRA-PE (de 29 de abril a 8 de maio de 1986) e na Praça da República (de 18 de agosto a 29 de novembro de 1986) e, finalmente, com a ida de uma comissão de trabalhadores a Brasília, o conflito extrapolava os limites físicos e simbólicos das fronteiras campo-cidade e se resignificava como uma luta situada no meio urbano. Recorriam, portanto, aos espaços de poder nele concentrados



e confrontavam não só as autoridades diretamente ligadas à questão fundiária, mas também aquelas ligadas à política institucional. Ao fazerem isto, inseriam-se no campo das disputas pela redemocratização e pela reabertura e tensionavam o debate em torno dos direitos civis e políticos, sobretudo a participação na sociedade e no poder, bem como a manifestação e organização políticas.

Deste modo, além da territorialização no espaço urbano, deve-se ressaltar que o movimento se construía ao longo do processo de mobilização e tornava-se um importante espaço de reivindicação em torno de direitos que iam muito além da legislação agrária. Num contexto de relativa e questionável abertura política, a reforma agrária ocupava lugar de destaque para a reconstrução democrática e para a implantação da Nova República. Constituía-se, portanto, como elemento indissociável do restabelecimento do clima de liberdade e da afirmação da legitimidade do regime político em curso.

Nos relatos dos nossos entrevistados, uma menção a esta questão foi feita por Francisco Castro, ao se referir ao seu acervo particular. Em meio ao material impresso arquivado, destacava-se o texto do discurso por ele pronunciado no acampamento da Praça da República, que explicava em grande medida suas memórias sensíveis em torno de Pitanga. Foi proferido no dia 25 de agosto de 1986, num contexto bastante conturbado, pois anunciava seu pedido de demissão em apoio aos trabalhadores e, sobretudo, em protesto contra a política agrária da Nova República e pela demora para sua efetivação no cargo de Superintendente do INCRA-PE. Estava como interino há mais de 6 meses e alegava ser vítima de perseguição política pelos conservadores por seu posicionamento em favor da reforma agrária. Extensa matéria veio a público no dia seguinte, na capa do jornal: “Na interinidade do cargo desde fevereiro, ele disse que o presidente José Sarney recuou de sua efetivação devido a pressões de Marco Maciel e Roberto Magalhães” (Castro pede..., 1986).

Ao ver a matéria, exatos 34 anos depois, comentou: “Notícia interessante. Deu destaque às críticas a Roberto Magalhães e Marco Maciel” (Francisco de Paula Falcão e Castro, 2020a). A própria matéria estampava sua foto, igualmente descrita por ele: rodeado de trabalhadores, líderes do movimento e dos sindicatos rurais, que o aplaudiam; numa mão o microfone conectado ao megafone, segurado por um dos líderes, na outra o papel com o discurso. Sua reação à matéria e à legenda da foto reforçava as letras impressas no papel, assim como as marcas deixadas na memória: “Francisco Castro com o papel na mão anuncia sua saída do Incra’. O papel ainda tá comigo. Bem legível” (Francisco de Paula Falcão e Castro, 2020a).

Esta referência à reforma agrária como parte fundamental do processo de reconstrução democrática foi pauta, inclusive, nas primeiras eleições para o

Governo do Estado após a Ditadura. No mês seguinte, já em plena campanha, os dois principais oponentes ao cargo do executivo discursavam e priorizavam o tema. Pela Frente Popular, Miguel Arrais (PMDB) afirmava em comício: “A reforma agrária é a necessidade mais urgente do nosso País e vamos chegar ao dia em que todos terão terra para plantar” (Arraes compara..., 1986, p. A4). Ao que retrucava o candidato da Frente Liberal, José Múcio: “A partir de 1987 a Reforma Agrária vai deixar de ser tema de demagogia política [...]” (Múcio fará..., 1986, p. A4).

Uma das nossas entrevistadas, Elizabeth Szilassy, agrônoma canadense que trabalhava para a Associação Menonita de Assistência Social (AMAS), pertencente à Igreja Evangélica Menonita, também narrava sua passagem pelo acampamento da Praça da República e ressaltava esta íntima vinculação entre a luta dos pitangueiros, seu acampamento na Praça da República, a reforma agrária e as primeiras eleições democráticas:

Em 1986, foi que começou o acampamento pra desapropriação da Pitanga. Então, foi o acampamento lá em frente do Palácio do Campo das Princesas e as famílias moraram lá durante 3 meses. Então, um dia eu visitei lá e tirei essas fotos que eu mandei para você. Foi no mês de setembro de 1986, lá na Praça... Porque eu sempre tava morando no interior, mas um dia eu tava em Recife, então eu passei lá no acampamento lá na Praça. Teve até um dia, eu lembro que eu estive presente, que teve até uma mobilização grande, pedindo ao governador... não sei porque o governador, porque essa... INCRA é federal, mas tava acampado lá em frente do Campo das Princesas, do Governo do Estado de Pernambuco. E logo depois foi desapropriado. [...] Teve um ato público. Eu acho que talvez foi um dia que talvez ia ser decidido, porque... Eu estive presente. Eu lembro, foi um ato... teve centenas de pessoas. Então acho que era protesto pra botar pressão pra talvez sair essa desapropriação. [...] Não sei essa foi outra data, porque essa foto que eu tirei, essas fotos não têm um grupo grande, só as famílias morando lá. Mas eu lembro que teve outro evento que eu estive no evento lá na Praça, em frente do Palácio do Governador, eu diria talvez um mês depois, sei lá, era muita gente. E, nessa época, sobre reforma agrária. [...] Mas eu não tenho foto nenhuma dessa outra vez, não. [...] Mas, agora, quem tava lá, não sei. Porque essa foi época das eleições de Miguel Arraes. Eleição primeiro turno de Miguel Arraes, quando Miguel Arraes foi eleito governador foi em 15 de novembro de 1986. (Elizabeth Szilassy, 2020).

Não é possível afirmar ao certo, mas provavelmente um dos atos por ela narrados foi o Ato Público Pró-Constituinte, organizado no acampamento da

Praça da República no dia 7 de setembro de 1986 (Nem a chuva..., 1986, p. A5). Pitanga configurava-se, então, como um lugar de mobilização, celebração e sociabilidade das forças populares no contexto de relativa abertura política.

## Referências

ARRAES COMPARA processo da Reforma Agrária à Abolição. *Diário de Pernambuco*, Recife, PE, p. A4, 17 set. 1986.

ATO PRÓ invasores de terras. *Diário de Pernambuco*, Recife, PE, p. A27, 23 fev. 1986.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

CASTRO PEDE demissão do INCRA-PE. *Diário de Pernambuco*, Recife, PE, p. A1, A10, 26 ago. 1986.

CPT NE 2. 1986 Ocupação no Engenho Pitanga. Disponível em: <<https://www.cptne2.org.br/77-cpt30anos/conflitos-no-campo/conflitos-pe/4869-1986-ocupacao-no-engenho-pitanga>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. *La Commission Pastorale de la Terre dans le nord de la zone de la canne à sucre du Pernambouc : une nouvelle manière d'être Église ?* (de 1988 au début des années 2000). Tese (Doutorado em História) – Université de Toulouse II - Le Mirail, Toulouse, França, 2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: Padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019.

MÚCIO FARÁ reforma agrária. *Diário de Pernambuco*, Recife, PE, p. A4, 23 set. 1986.

NEM A CHUVA afasta os sem terras de acampamento. *Diário de Pernambuco*, Recife, PE, p. A5, 8 set. 1986.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Francisco Julião: Em luta com seu mito*. Golpe

de Estado, exílio e redemocratização do Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 41-58, dez. 1993.

RAINHERI, Amanda. CPT celebra 30 anos ajudando camponeses no Nordeste. *Journal do Commercio*, Recife, PE, 12 ago. 2018. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/08/12/cpt-celebra-30-anos-ajudando-camponeses-no-nordeste-350520.php>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

## Fontes orais

ANDRADE, Severino Hermógenes de [75 anos]. [jan. 2014]. Entrevistador: Samuel Carvalheira de Maupeou. Recife, PE, 9 jan. 2014.

ASSUNÇÃO, Pedro [66 anos]. [jun. 2020]. Entrevistador: Samuel Carvalheira de Maupeou. Recife, PE, 27 jun. 2020.

CASTRO, Francisco de Paula Falcão e [77 anos]. [abr. 2020]. Entrevistador: Samuel Carvalheira de Maupeou. Recife, PE, 28 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. [jul. 2020]. Entrevistador: Samuel Carvalheira de Maupeou. Recife, PE, 15 jul. 2020a.

MIRANDA, Manoel Marques de (Padre Manoel) [68 anos]. [abr. 2020]. Entrevistador: Samuel Carvalheira de Maupeou. Recife, PE, 28 abr. 2020.

SERVAT, Joseph (Padre Servat) [88 anos]. [jul. 2010]. Entrevistador: Samuel Carvalheira de Maupeou. Toulouse, França, 17 jul. 2010.

SILVA, José Rodrigues da [80 anos]. [jul. 2020]. Entrevistador: Samuel Carvalheira de Maupeou. Bom Jardim, PE, 14 jul. 2020.

SZILASSY, Elisabeth [61 anos]. [jul. 2020]. Entrevistador: Samuel Carvalheira de Maupeou. Recife, PE, 3 jul. 2020.

THORLBY, James (Padre Tiago) [77 anos]. [mar. 2010]. Entrevistador: Samuel Carvalheira de Maupeou. Recife, PE, 3 mar. 2010.

**Resumo:** Em fevereiro de 1986, trabalhadores ocuparam o Engenho Pitanga e compuseram o contexto de luta pela terra e abertura política em Pernambuco, tanto por sua repercussão quanto pelos seus múltiplos significados. Representaram uma ruptura radical com a política agrária e intensificaram a mobilização no campo, mas também na cidade. Adotaram discursos e práticas bastante ousadas, levando sindicatos rurais, a FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco), a Igreja e outras entidades a se adaptarem e a juntarem esforços para apoiá-los. Alicerçado, sobretudo, em relatos orais e fragmentos de memórias, entrelaçados aos registros escritos, problematizo o conflito, ressaltando suas subjetividades, toda a complexidade em que esteve inserido, assim como sua relação com o retorno parcial à democracia. A atuação dos pitangueiros constituiu um passo significativo na dinâmica dos movimentos sociais e na busca pela reafirmação dos direitos civis e políticos. Das terras de Pitanga, ecoaram gritos de liberdade!

**Palavras-chave:** Engenho Pitanga. Zona canavieira de Pernambuco. Ocupação. Luta pela terra. Memórias.

**The pitangueiros saga on the Company's lands: memory remnant and fragments (Pernambuco, 1986)**

**Abstract:** In February of 1986, rural workers occupied the Pintanga Sugar Mill. This event has shaped the context of lands dispute and also the political opening in Pernambuco, both in its repercussions and its multiple meanings. It represents a radical break with the agrarian policy and the increase of mobilization both in countryside and city. They adopted audacious practices and discourses that leded rural unions, the FETAPE (Federation of Agricultural Workers of the State of Pernambuco), the Church and others institutions to adapt themselves to support them. Using oral accounts, memory fragments and written sources, this study discuss the rural conflict highlighting its subjectivities and complexity, as also its connections with the partial return to democracy. The actions of the pitangueiros represent an important step in the social movements dynamics on the search for reaffirmations of politics and civil rights. From the Pitanga's lands had been hear echoes of liberty!

**Keywords:** Pitanga Sugar Mill. Pernambuco sugarcane zone. Occupation. Land's dispute. Memories.

Recebido em 24/08/20

Aprovado em 26/10/20